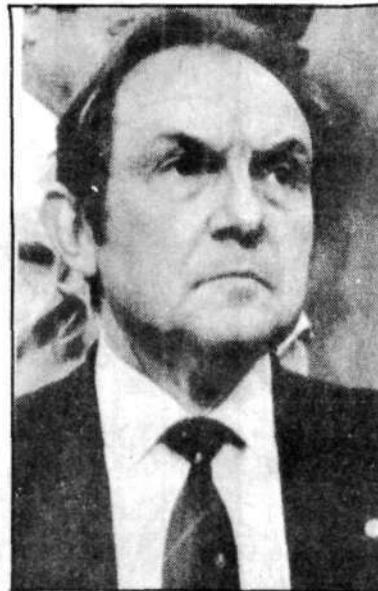


Emendas não atingem a reforma tributária

BRASÍLIA — As críticas da área econômica do Governo à reforma tributária promovida pela Constituinte para vigorar, em alguns aspectos, imediatamente após a promulgação da nova Carta, não se traduziram em emendas para as votações do segundo turno. O Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), Relator do Projeto, terminou a análise das emendas ao capítulo da distribuição de receitas e concluiu não haver qualquer proposta de alteração substancial do já aprovado. Mais que isto: ele deu parecer propondo a rejeição das poucas emendas apresentadas.

O parecer contrário do Relator não significa a exclusão de uma proposta, mas dificulta sua aprovação. Assim, é muito provável que ainda este ano Governos estaduais e Prefeituras passem a ter direito a 47 por cento da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, que serão distribuídos pelos fundos de participação dos Estados e Municípios e programas de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O texto aprovado determina que



Cabral deu parecer contra emendas

esta parcela da arrecadação federal seja partilhada da seguinte maneira:

■ 21,5 por cento para o Fundo de

Participação dos Estados;

■ 22,5 por cento para o Fundo de Participação dos Municípios;

■ 3 por cento para aplicação no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Atualmente, só 33 por cento da arrecadação do IPI e dos impostos de renda e sobre proventos de qualquer natureza são destinados aos fundos de participação.

A mudança não será imediata. No primeiro ano, os Municípios receberão 20 por cento e os Estados 18 por cento. No ano que vem, cada parte será acrescida de um ponto percentual. De 1990 a 1993, os bolos de Estados e Municípios crescerão meio por cento ao ano.

Os técnicos da área econômica têm afirmado que este aumento nos fundos de participação e o fim dos impostos únicos, hoje cobrados pela União e que passarão a integrar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a ser recolhido pelos Estados, vão inviabilizar inúmeros programas do Governo. Na Seplan existem estudos para a transferência de atribuições do Governo federal para os Estados e Municípios.